Empreitada	Adjudicatário	Valor da adjudicação sem IVA (euros)	Data da adjudicação	Procedimento da adjudicação
EB 2, 3 de Avis — remodelação urgente da instalação eléctrica da biblioteca.	LUZ & LUX, L. ^{da}	8 695,50	6-11-2006	Ajuste directo.
Escola Secundária de Sines — reparações e beneficiações urgentes na instalação eléctrica.	João Correia dos Reis — Estudos e Projectos, L. ^{da}	2 400	7-11-2006	Ajuste directo.
Escola Secundária de Vila Viçosa — trabalhos urgentes de reparações nos balneários do pavilhão desportivo.	Alfredo José Carriço Perdigo . . .	4 962,50	7-11-2006	Ajuste directo.
Escola Secundária de Alcácer do Sal — reparações e remodelações urgentes na instalação eléctrica.	João Correia dos Reis — Estudos e Projectos, L. ^{da}	7 853,06	16-11-2006	Ajuste directo.
Escola Secundária de Vila Viçosa — remodelação da instalação eléctrica de utilização da oficina de electricidade.	J. A. Ramos, L. ^{da}	6 780	14-11-2006	Ajuste directo.

31 de Julho de 2007. — O Director Regional, *José Lopes Cortes Verdasca*.

Direcção Regional de Educação do Algarve

Despacho n.º 21 260/2007

O Decreto Regulamentar n.º 31/2007, de 29 de Março, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna das direcções regionais de educação (DRE), tendo a Portaria n.º 366/2007, de 30 de Março, estabelecido a estrutura orgânica nuclear da Direcção Regional de Educação do Algarve, tornando-se necessário nomear os respectivos dirigentes, por forma a garantir o normal funcionamento das unidades orgânicas nucleares criadas pelo referido diploma legal.

Para esse efeito, verifica-se que o licenciado António Domingues Antunes Marcelino preenche os requisitos legais e é detentor de aptidão e competência para o exercício das funções inerentes ao cargo de director de serviços de Planeamento e de Gestão da Rede (DSPGR), conforme síntese curricular em anexo.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o licenciado António Domingues Antunes Marcelino, em regime de substituição, para o cargo de director de serviços de Planeamento e de Gestão da Rede (DSPGR).

A presente nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

29 de Junho de 2007. — O Director Regional, *João Manuel Viegas Libório Correia*.

ANEXO

Síntese curricular

Identificação:

António Domingues Antunes Marcelino, portador do bilhete de identidade n.º 8050614, de 25 de Maio de 1999, arquivo de identificação de Faro, filho de Guilherme Antunes Marcelino e de Maria Zulmira da Assunção, natural da freguesia de Cabril, concelho de Pampilhosa da Serra, distrito de Coimbra, nascido em 7 de Novembro de 1953, casado, residente na freguesia da Sé, concelho e distrito de Faro, Rua do Pintor Artur Costa, lote C, 6.º, esquerdo, 8000-441 Faro, telefone: 289863105.

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com a classificação final de 13 valores, concluída em Julho de 1981;

Professor do quadro de nomeação definitiva do 7.º grupo da Escola Secundária Tomás Cabreira — Faro, tendo entrado em funções em 28 de Outubro de 1982;

Profissionalização em serviço para o magistério do 7.º grupo do ensino secundário, concluída em 30 de Junho de 1989. Diploma profissional, com a classificação de 14,8 valores (*Diário da República*, n.º 47, de 24 de Fevereiro de 1990).

Percurso profissional:

Professor em várias escolas, de 1982-1983 a 1990-1991;
Técnico requisitado na DRE Algarve, de 1991-1992 a 1992-1993;
Director de serviços de Recursos Materiais da DRE Algarve, em comissão de serviço, de 3 de Maio de 1993 a 3 de Julho de 2000;
Coordenador regional da Estrutura de Apoio Técnico para a Região do Algarve, de 4 de Julho de 2000 até à presente data;

Director de serviços Administrativos e Financeiros da DRE Algarve, de 13 de Junho de 2006 até à presente data.

Formação complementar:

«Reforma do sistema educativo» para altos funcionários do Ministério da Educação, Bicesse — Outubro de 1993;

«A reengenharia nos serviços públicos» para altos funcionários do Ministério da Educação, Caparide — Abril de 1994;

«Ciclo de formação para as estruturas de apoio técnico aos gestores FSE», Foz do Arelho — Dezembro de 2000;

«O FSE e a estratégia europeia para o emprego — Contributos para a coesão económica e social», Estoril — Novembro de 2003;

«Seminário de alta direcção — Algarve», Faro — Setembro de 2004;

«A administração educativa — Das políticas às práticas», Coimbra — Abril de 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Direcção-Geral de Arquivos

Despacho n.º 21 261/2007

Ao abrigo do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março, designo o subdirector da Direcção-Geral de Arquivos (DGRQ), Dr. Abel Carlos Reinas dos Santos Martins, para me substituir nas minhas faltas e impedimentos, sem prejuízo do poder de avocação e superintendência.

21 de Agosto de 2007. — O Director-Geral, *Silvestre Lacerda*.

Inspeção-Geral das Actividades Culturais

Despacho (extracto) n.º 21 262/2007

Por despacho da inspectora-geral das Actividades Culturais de 25 de Junho de 2007 e anuência da subdirectora-geral dos Serviços Prisionais de 3 de Julho de 2007, foi autorizada, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, a transferência na mesma categoria e carreira para o quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Culturais de Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob, com a categoria de técnica superior de 2.ª classe, da carreira de técnica superior, com efeitos a 29 de Junho de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2007. — A Inspectora-Geral, *Maria Paula Andrade*.

Despacho n.º 21 263/2007

Em cumprimento do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, foram publicados o Decreto Regulamentar n.º 81/2007, de 30 de Julho, que operou a reestruturação da Inspeção-Geral das Actividades Culturais e definiu a sua missão, atribuições e tipo de organização interna